

O Estado e o território de identidade do sisal na Bahia (BA): Conflitos da política territorial

Luis Eduardo Cunha Silva¹

Ana Rocha dos Santos²

Resumo

A análise realizada no presente texto está centrada numa leitura escalar da política pública do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PDSTR) que foi institucionalizada, na Bahia em 2007, como Territórios de Identidade. Procura mostrar as contradições que permeiam a constituição dessa política de desenvolvimento territorial como emancipatória, mas que mantém a desigualdade social e a pobreza já existente. O Território de Identidade do Sisal (BA) foi eleito como referência empírica por ser considerado exemplar para o sucesso baiano, mas que, contraditoriamente, tem propiciado intensa exploração do trabalho e aumento da pobreza. Realidade e natureza dos Territórios de Identidade na Bahia serão explicitadas por meio das categorias território e Estado. Como procedimentos metodológicos usou-se pesquisa bibliográfica e trabalho de campo em determinadas localidades. Ao assumir a geografia a função de interpretação das contradições deste processo, identificou-se uma profunda subordinação da agricultura camponesa aos moldes de produção agrícola de mercado, o que resulta numa maior rendição dos trabalhadores às práticas constantes de financiamento e crédito.

Palavras-chave: Estado; Capital; Território.

The State and sisal's territory of identity in Bahia (BA): territorial policy's conflicts

Abstract:

The analysis carried out in this text focuses on a scalar reading of the public policy of the Sustainable Territorial Development Program (PDSTR), which in 2007 was institutionalized in Bahia as Identity Territories. It seeks to show the contradictions that permeate the constitution of this territorial development policy as emancipatory, but which maintains social inequality and existing poverty. The Territory of Identity of the Sisal (BA) was chosen as an empirical reference because it is considered exemplary for Bahia's success, but, contradictorily, has provided intense exploitation of labour and poverty. Reality and nature of the Identity Territories in Bahia, will be explicated by means of the categories territory and State. As methodological procedures were used bibliographical research and fieldwork in certain localities. In geography assuming the function of interpreting the contradictions of this process, was identified a deep subordination of peasant agriculture to the moulds of agricultural market production, which results in a greater surrender of the workers to the constant practices of financing and credit

Key-words: State; Capital; Territory.

¹ Mestre em Geografia, pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); e-mail: eduardocunha.geo@hotmail.com

² Doutora em Geografia, Professora Universidade Federal de Sergipe do Campus Prof. Alberto Carvalho; e-mail: ana.rochaufs@gmail.com

Submetido em 15.07.2018; aprovado em 25.03.2019

1– Introdução

A análise do território como categoria da Geografia tem promovido uma série de inquietações epistemológicas nos ambientes de pesquisa e ensino da ciência geográfica. O debate permeia complexas relações espaciais do modo de produção capitalista em diferentes escalas de abordagem. O expoente do debate sobre essa categoria território na Geografia é o naturalista alemão Frederich Ratzel, que na sua leitura considera o território como o aproveitamento de uma porção do espaço, por um determinado grupo em prol da ação do Estado. Este pensamento de Ratzel situa-se diretamente no período histórico da sua produção bibliográfica que coincide com a consolidação das relações capitalistas e imperialistas na Alemanha, associada à formação do Estado alemão.

Dentro de uma abordagem social, compreende-se que o território é produzido, ao mesmo tempo, por relações políticas, culturais e econômicas, nas quais as relações de poder inerentes às relações sociais estão presentes em um jogo contínuo de dominação e submissão, de controle do espaço geográfico. O território é apropriado e construído socialmente, fruto do processo de territorialização, do enraizamento; é resultado do processo de apropriação e domínio de um espaço, cotidianamente, inscrevendo-se num campo de poder, de relações socioespaciais (SAQUET, 2004, p. 128-129). Toda essa situação, expressa a condição de apropriação e domínio que referencia o território. Necessariamente envolve uma identidade territorial por meio de símbolos que pode ser combinada com a apropriação política do espaço por meio do domínio e da disciplinarização dos indivíduos. (LIMA, 2012, p.130).

A condição material das relações de produção do modo capitalista bem como a relação de Estado, capital-trabalho são fundamentos indispensáveis para a compreensão das relações sociais que se materializam na dimensão territorial.

O capital produz territórios, à medida que desenvolve práticas espaciais visando sua conquista/apropriação e uso, ou seja, estabelece sua territorialidade quando vai definindo relações sociais e de produção no lugar. Esta ideia de dominação/apropriação, pelo poder do capital, se estabelece no momento que, ao abrir novos espaços para a sua acumulação/reprodução, o capital os torna territórios de uso e exploração em função dos seus fins. (LISBOA, 2007, p.149).

Todavia, os processos e fatores que caracterizam uma unidade territorial não se fundamentam apenas nas particularidades das relações locais, mas principalmente sob a influência de uma lógica de domínio e exploração do trabalho que corresponde à totalidade do sistema capitalista e que determina as relações sociais na escala territorial.

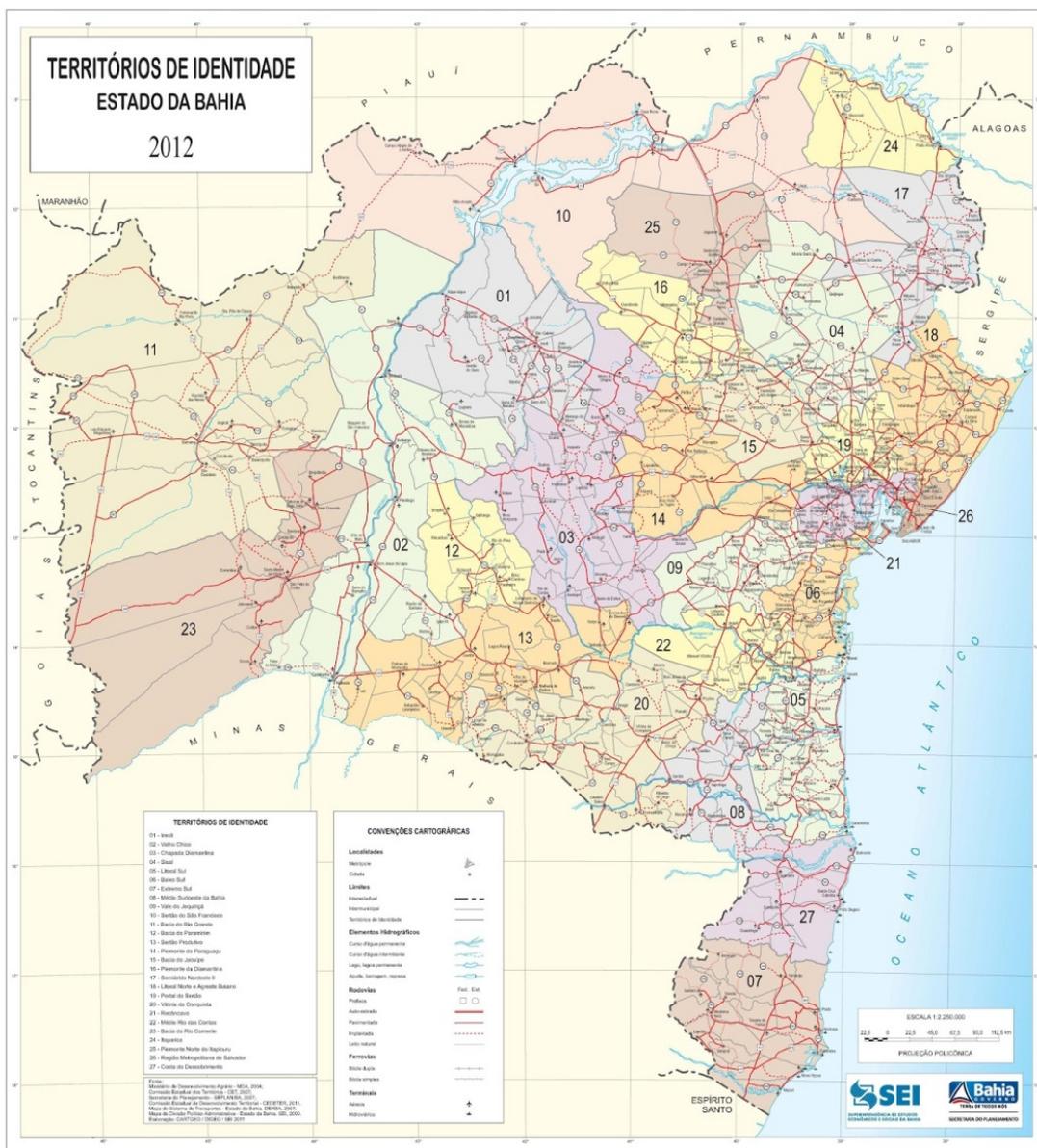
Os governos neoliberais no Brasil, após 1990, elaboraram políticas públicas de promoção do desenvolvimento de base local/territorial, incluindo a participação e pluralidade de atores sociais na tomada de decisões. Dentro desse modelo de desenvolvimento local/territorial, foram constituídos os territórios de cidadania, conforme documento publicado.

[...] os Territórios da Cidadania têm como objetivo promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia (BRASIL, 2009, p.3).

Com a política territorial no país, o estado da Bahia criou os Territórios de Identidade. Com isto, a Bahia passou a ser um dos estados da federação com maiores investimentos em projetos territoriais, tornando-se um destaque em potencial para o cenário federal, no que tange a defesa das políticas territoriais, ao consolidar os vinte e sete Territórios de Identidade (FIGURA 01).

Na perspectiva conceitual dos Territórios de Identidade da Bahia, destaca-se que na Bahia, estes inferem um conceito mais complexo e integrado, apontam para um planejamento estratégico e sistêmico do desenvolvimento, a partir de “unidades” integrando as dimensões espaciais, culturais, econômicas e sociais. Assim, conceitualmente, no mesmo espaço integra-se a dimensão urbana e supera o específico do rural, pelo holístico da identidade. Portanto, os territórios rurais da Bahia são tomados como de Identidade para o Governo baiano, mas continuam como territórios rurais ou de cidadania (quando incluídos no programa Territórios da Cidadania) para o MDA (ROCHA, 2015, p.16).

Figura 01: Territórios de identidade do Estado da Bahia.



Fonte: Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN, 2010)

No entanto, em meio ao cenário de ampliação da política territorial no estado da Bahia, pode-se perceber em determinados Territórios de Identidades como o do sisal, ações de setores agrícolas que padronizam os municípios baianos em função das especificidades produtivas que os mesmos desenvolvem. Condição esta que em nosso entendimento é um processo de subordinação de eventuais condições de vida camponesa aos moldes do mercado agrícola internacional que direciona o lucro dessa produção para o mercado internacional. A figura camponesa é citada no presente artigo, embasada na condição de produção no campo que não visa a geração maximizada do lucro e uso da mão de obra assalariada. Tendo em vista que as propriedades que apresentam estas condicionantes estão sujeitas à lógica de acumulação do mercado e vinculadas aos modelos de produção que o

próprio mercado agrícola determina, impedindo assim qualquer estratégia de desenvolvimento autônomo dos trabalhadores.

Neste sentido o Território de Identidade do Sisal é um campo de grande relevância para o estudo da política territorial, tendo em vista que as pequenas propriedades apresentam ao longo da história uma ligação com a produção da fibra do sisal, produto este que apresenta um significativo valor de mercado no mercado de exportação, sendo que a adequação das propriedades aos moldes de produção da fibra exige a adesão de incentivos e estruturas por parte dos trabalhadores rurais envolvidos, tornando assim os mesmos reféns do mercado de exportação e das políticas de créditos rural.

2 – O Estado e as ações de (des)organização dos Territórios de Desenvolvimento.

As diferentes estratégias de atuação do Estado, sociedade capitalista nos conduz a reflexões sobre a importância como pilar para a expansão do capital e consequente manutenção da sociedade capitalista. Aliado a essa linha de raciocínio, nota-se que a partir da expansão capitalista, através das revoluções industriais, há uma maior necessidade de desvelar como as esferas políticas e econômicas se articulam com as bases da reprodução do capital. Ao retomarmos o pensamento de Engels, observa-se que: “O Estado não é, pois de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; [...] É antes de tudo um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento [...]” (ENGELS, 1979, p.191).

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como ao mesmo tempo nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida (ENGELS, 1979, p.193).

O destaque direcionado a este debate na pesquisa realizada ocorre em função da necessidade de entendermos que os planos e estratégias instituídos pelo Estado podem ser analisados sob uma perspectiva de compreensão dos interesses que o Estado atende, por fatores da sua própria ontologia. Nesse sentido, o debate sobre as políticas públicas é desenvolvido a partir de uma discussão sobre o Estado, entendido como reproduzidor da ideologia dominante burguesa, tendo em vista, que o seu próprio surgimento na História remete a um período de necessidade do controle burguês na recém instituída sociedade capitalista. Portanto, não se pode esquecer que o Estado é reproduzidor da ideologia dominante, condicionando inclusive as desigualdades sociais e que qualquer discurso de superação das disparidades sociais e econômicas sem o efetivo rompimento com o modo de produção capitalista, pode ser mais uma estratégia em execução pelo capital.

O Estado por meio das suas funções burguesas de planejamento condiciona a manutenção das desigualdades sociais que são materializadas no espaço geográfico através da acumulação do capital. Entretanto, cabe ressaltar que o Estado não controla a lógica do capital, tendo em vista que a lógica de reprodução do capital precede a própria sociedade capitalista e o Estado. Como afirma Harvey:

Contudo se essas ideias dominantes têm de ganhar aceitação como representantes do "interesse comum", precisam ser apresentadas como idealizações abstratas, como verdades eternamente universais. Assim, essas ideias devem ser apresentadas como se tivessem uma existência autônoma. As noções de "justiça", "direito", "liberdade" são apresentadas como se tivessem um significado independente de qualquer interesse de classe específico. (HARVEY, 2005, p.81).

A partir desta condição de entendermos as funções que o Estado desempenha na sociedade de classe, o processo de consolidação do neoliberalismo no século XX e na atual fase da globalização alcança proporções que ultrapassam os limites nacionais, inserindo pequenas e grandes propriedades produtivas num mercado internacional, controlado pelos ditames do capital financeiro.

No Espaço agrário nacional, a inserção desses moldes de produção ocorre através das políticas públicas que operam como estratégias de ampliação das ações do Estado. Prova disto é que nas últimas décadas do século XX o cenário agrário nacional é palco de intensas transformações sociais. Planejando uma inserção cada vez maior do campo nas relações produtivas do país, o governo brasileiro instituiu na década de 1990 o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF, que com o passar dos anos se tornou um dos mais amplos programas de política pública voltado para o campo brasileiro. Tendo em sua matriz de planejamento os objetivos de gerar subsídios financeiros para os trabalhadores rurais do campo brasileiro, o PRONAF, ao longo dos anos passou a operar como fundo de crédito para o êxito de determinadas políticas de desenvolvimento que se fundamentam na organização territorial dos municípios. Programas como o PRONAF oferece aos trabalhadores rurais subsídios de crédito financeiro que permite a adesão dos moldes de produção que são orientados pelas políticas territoriais. Nesse momento o território se torna a categoria basilar para o desenvolvimento das estratégias do Estado.

Para isto o próprio Estado, define a categoria geográfica de território da seguinte maneira.

"[...] espaço físico, geograficamente definido, não necessariamente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupo sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (SDT/2003)".

No desenvolvimento territorial, a gestão social do território pressupõe a capacidade de negociação, poder de regulação e ações articuladas do Estado (DIAS, 2016, p.27). Na perspectiva governamental, as ações voltadas para a agricultura familiar que vinham sendo discutidas dentro do então CONDRS (Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável) que compreende o atual CONDRAF (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável) passam a ser de competência da SDT. Assim é por meio da SDT que a implantação do PNDSTR (Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais) é ampliada pelo país, consolidando a política nacional de desenvolvimento territorial.

A concepção de política e gestão territorial que fundamenta o PNDSTR (Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais) encontra-se centrada na construção de uma nova institucionalidade que recebe o nome de território, apoiando-se na ideia de promoção do desenvolvimento territorial, no estabelecimento do espaço rural como foco de atuação e da gestão social, como princípio que pretende garantir o envolvimento da sociedade civil no processo de construção política. Nesta perspectiva suas diretrizes pressupõem: a) a criação de colegiados territoriais, compreendidos como espaços públicos ou arenas decisórias que se configuram como uma nova governança territorial; b) a criação de mecanismos de participação e construção do protagonismo da sociedade civil a fim de fortalecer os processos de descentralização política e estímulo à autogestão dos territórios; c) a construção e o fortalecimento de redes de articulação de atores, instituições e programas para condução do processo de gestão das políticas territoriais. (SANTOS, SILVA, COELHO NETO, 2011, p 24).

Nessas políticas, dentre muitas referências que baseiam essas estratégias, destaque para as análises de Abramovay (1998) ao afirmar que no campo de discussão sobre o desenvolvimento territorial:

A idéia é que o território, mais que uma simples base física para as relações entre os indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais e dos custos de transportes e comunicações. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico (ABRAMOVAY, 1998, p.53).

Segundo Ortega (2008) um primeiro ponto a demarcar é que as mencionadas políticas públicas inovadoras devem contemplar as regiões de modo mais abrangente, incorporando amplos segmentos populacionais nas estratégias de desenvolvimento local.

Enfim a perspectiva é que se adote um planejamento compartilhado entre o Estado e a sociedade, por meio da construção de pactos e compromissos enunciados em políticas públicas nacionais cuja finalidade última seja promover a transformação social” (STEINBERGER, 2006, p.30).

Nesta perspectiva todas estas dimensões se associam aos princípios de participação, descentralização, democracia e transparência (OLIVEIRA, et al, 2010). O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável Territórios Rurais-PNDSTR que em seu projeto de consolidação visa atender a uma maior autonomia das comunidades inseridas nos territórios

e promover a produção agrícola para os trabalhadores do campo. Para isto, o programa organiza suas ações com base em conceitos como o de desenvolvimento endógeno e governança.

Sobre o desenvolvimento endógeno:

O desenvolvimento endógeno propõe-se a atender as necessidades e demandas da população local envolvida. Mais do que obter ganhos em termos da posição ocupada pelo sistema produtivo local na divisão internacional ou nacional do trabalho, o objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto (BARQUEIRO, 2001, p.39).

Quanto à governança, conceitualmente o termo refere-se a uma articulação entre:

Poder público, sociedade civil organizada e poder econômico onde os mesmos exercitam democraticamente a construção estratégica do desenvolvimento; se esforçam para encontrar pactuações possíveis, tendo o governo como mais um participante e, dentro do arcabouço institucional vigente no país, como o sujeito final que deve operar as decisões, mantendo, porém, o poder discricionário, inclusive, de não cumpri-las. (ROCHA, 2016, p. 45).

Entretanto, cabe ressaltar que “governança” é um termo originário da literatura empresarial, referindo-se a mecanismos corporativos de firmas para conduzir coordenações eficientes e conformação de contratos e terceirizações. (DALLABRIDA, 2013, p.21). No entanto, ao longo dos anos, o termo tem sido empregado de diversas formas, em variadas áreas do conhecimento. De maneira geral, refere-se a processos de gestão para obtenção de resultados satisfatórios para as partes componentes dos mesmos.

No desenvolvimento endógeno, Amaral Filho (2001) destaca que esse fator na condição de um processo em crescimento econômico, implica numa contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local.

Nas ações de planejamento da política territorial, o Estado legitima a criação de determinados setores administrativos que têm o objetivo central voltado ao desenvolvimento territorial. Destaca-se a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) que realiza uma análise de problemáticas do atual cenário de ordenamento do país. A SDT apoia-se na concepção de que:

a) o espaço rural não se resume as atividades agrícolas; b) o recorte municipal é muito restrito para o planejamento e articulação de esforços visando a promoção do desenvolvimento, e o recorte estadual é excessivamente amplo; c) necessidade de descentralização das políticas públicas; d) o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições, capaz de estabelecer iniciativas voltadas para o desenvolvimento (BRASIL/MDA/SDT, 2005).

Segundo o documento institucional citado acima, o Estado visa garantir o atendimento das necessidades básicas da população, para que a mesma venha a acelerar processos

locais e sub-regionais responsáveis por ampliar as oportunidades de geração de renda de forma descentralizada e sustentável, articuladas às redes de apoio e cooperação solidária (BRASIL/MDA/SDT, 2012). Contudo,

As novas políticas públicas surgidas no processo de descentralização do Estado liberal se afirmam na verdade como continuidade do velho modelo de gestão que tem como foco não os interesses reais da população historicamente marginalizada, mas o desenvolvimento dos diversos setores do capital. (MARQUES, 2013, p.132).

Todavia, a apropriação do território no que se refere ao aproveitamento máximo dos potenciais produtivos de determinadas localidades, ampliando assim a estratégia do pleno desenvolvimento por meio da participação de atores privados empresariais; sociedade civil e gestores públicos. Logo, o espaço territorial, dado o seu potencial, é concebido como agente no processo de adequação das condições pretendidas pela lógica de desenvolvimento que se institui. (LISBOA, 2007, p.158). Dentro da análise territorial, a promoção do desenvolvimento endógeno e da governança desenvolve uma função de incentivo às relações de produção local e defesa da necessidade de inserção da cadeia produtiva local nos setores do mercado mundial, incluído neste processo a adesão as políticas de crédito.

As mudanças de orientação de crédito para o camponês, a partir de meados da década de 1990, surgem numa extensa teia de relações por parte do capital, do Estado com a participação decisiva do Banco Mundial, grupos multilaterais hegemônicos, bem como dos lobbies do agronegócio e dos agentes financeiros, que se sustentam pela via institucional do Estado promovendo via expansão a política de crédito rural, enquanto mola-propulsora de uma estratégia que assenta as bases de um novo padrão de desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, sem, contudo, modificar o viés concentrador, setorial e produtivista que caracteriza o modelo de desenvolvimento agrícola vigente no Brasil. (RODRIGUES, 2012, 134).

No estado da Bahia esse processo de ampliação da política de crédito é ainda mais intenso, mediante o pressuposto de organização territorial consolidado. Tendo em vista que os Territórios de Identidade estabelecem um incentivo às relações produtivas, os trabalhadores se veem diante da necessidade adequar as suas propriedades nos moldes da produção agrícola. Desprovidos de recursos financeiros para tamanha mudança, esses trabalhadores encontram na política de crédito uma saída para intervir na infraestrutura das propriedades rurais.

Portanto, no que se refere à política de crédito:

O estado da Bahia apresentou a maior participação dentre os estados da região Nordeste (23,9% em média entre 1999 e 2011) e está entre os primeiros estados com maior número de contratos de crédito rural. Desse modo, o valor médio do contrato de crédito rural na região baiana é baixo, comparado ao resto do Brasil. Diferentemente dos estabelecimentos situados nas regiões Sul e Sudeste do país, os estabelecimentos agropecuários do estado da Bahia são caracterizados por empreendimentos familiares e com baixo valor agregado na produção. Assim, têm baixo potencial de acesso a grandes valores de crédito rural. (LIMA, J, 2013, p.37).

Segundo dados do Banco do Nordeste, a Bahia é o estado com maior número de contratos de crédito rural (Quadro 01). O que em nosso entendimento representa uma consequência da própria política territorial no que se refere ao incentivo da produção através dos modelos do mercado agrícola.

UF	Quantidade de clientes	Quantidade de Operação	Saldo Líquido em R\$.
AL	34.137	45.465	817.767.660
BA	125.373	160.314	4.076.957.653
CE	95.823	134.459	2.309.989.174
MA	102.104	117.575	1.997.205.423
PB	43.630	55.275	678.267.207
PE	99.661	122.198	1.988.936.231
PI	65.656	84.156	1.563.717.390
RN	40.943	53.472	782.691.994
SE	33.037	44.185	1.174.489.496
Total Geral	674.683	860.590	17.019.407.367

Quadro 01: Contratos de créditos rurais na região nordeste. Elaboração: Silva, 2018.

Fonte: Banco do Nordeste, 2014.

O que se constata é que a consolidação da política territorial na Bahia gera um incentivo maior do próprio Estado para disponibilizar empréstimos aos trabalhadores rurais. Desta forma, o mesmo, consolida os objetivos de transformação das relações de produção no campo. Tendo em vista que a política de desenvolvimento territorial difunde a possibilidade de se estabelecer uma sociabilidade entre os indivíduos nos marcos da hegemonia capitalista (LIMA, 2012, p.167).

Assim, a concepção territorial de desenvolvimento endógeno, onde o poder local assume uma função autônoma de ampliação das relações entre os indivíduos e na cadeia produtiva local é contraditória, ao percebermos que durante todo o processo de desenvolvimento da política territorial o direcionamento da política é instaurado e mantido por elementos articulado aos ditames da sociedade capitalista de mercado. Portanto, a tese de um suposto desenvolvimento endógeno desconsidera a mundialização do capital e a internacionalização do capitalismo, supondo existir brechas para burlá-lo (LIMA, 2012, p.159).

3 - O Território de Identidade do Sisal.

A análise empírica do presente refere-se ao Território de Identidade do Sisal, localizado na porção central norte do Estado da Bahia, apresentando em sua composição vinte

municípios (Figuras 2 e 3). As primeiras caracterizações do atual Território do Sisal ocorreram no início dos anos 2000, baseado nos planos de execução do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF. Através da implantação deste programa, o governo federal reconheceu a existência de unidades produtivas no território nacional, dentre os quais já se encontrava o Território do Sisal. Este destaque é decorrente da consolidada cadeia produtiva do sisal que se mantém como a principal fonte de renda para determinados municípios do Território.

O Território do Sisal tem se singularizado no âmbito das políticas territoriais, em face da inserção e adesão às concepções e diretrizes do PNDSTR do MDA, bem como pelos resultados efetivos que tem alcançado na implantação desta proposta. Essa preeminência decorre do nível de organização e do protagonismo dos atores sociais e pelas condições sociais historicamente construídas, apontadas como precursoras do arranjo político-institucional pretendido pela política estatal. A construção da nova institucionalidade no Território do Sisal é produto das transformações mais amplas ocorridas na sociedade brasileira [processo de democratização ativado por partidos políticos e movimentos sociais], e das condições particulares que foram forjadas regionalmente [gestadas pela atuação das pastorais rurais e pelo Movimento de organização Comunitária]. Esse processo é produto da mobilização e atuação de diversos agentes sociais que vêm contribuindo para tessitura deste território (COELHO, NETO, 2009 p.12)

Reconhecimento este que também é confirmado pelo próprio MDA/SDT, em nota de publicação oficial sobre as políticas dos “Territórios Rurais” e os programas conveniados.

O Plano Safra para a agricultura familiar 2004-2005 da Região Nordeste foi lançado em Valente, Bahia, um dos municípios que integram o Território do Sisal, do qual fazem parte dezenove comunidades que estão entre as mais pobres do país, em uma das regiões mais áridas do estado[...] Foram lançadas as novas bases de apoio ao Território do Sisal, uma experiência bem sucedida de organização e cooperativismo, que merece a mesma atenção dos demais territórios em fase de estruturação (MDA, 2005, p. 24-25).

Figura 02 Localização do Território de Identidade do Sisal.

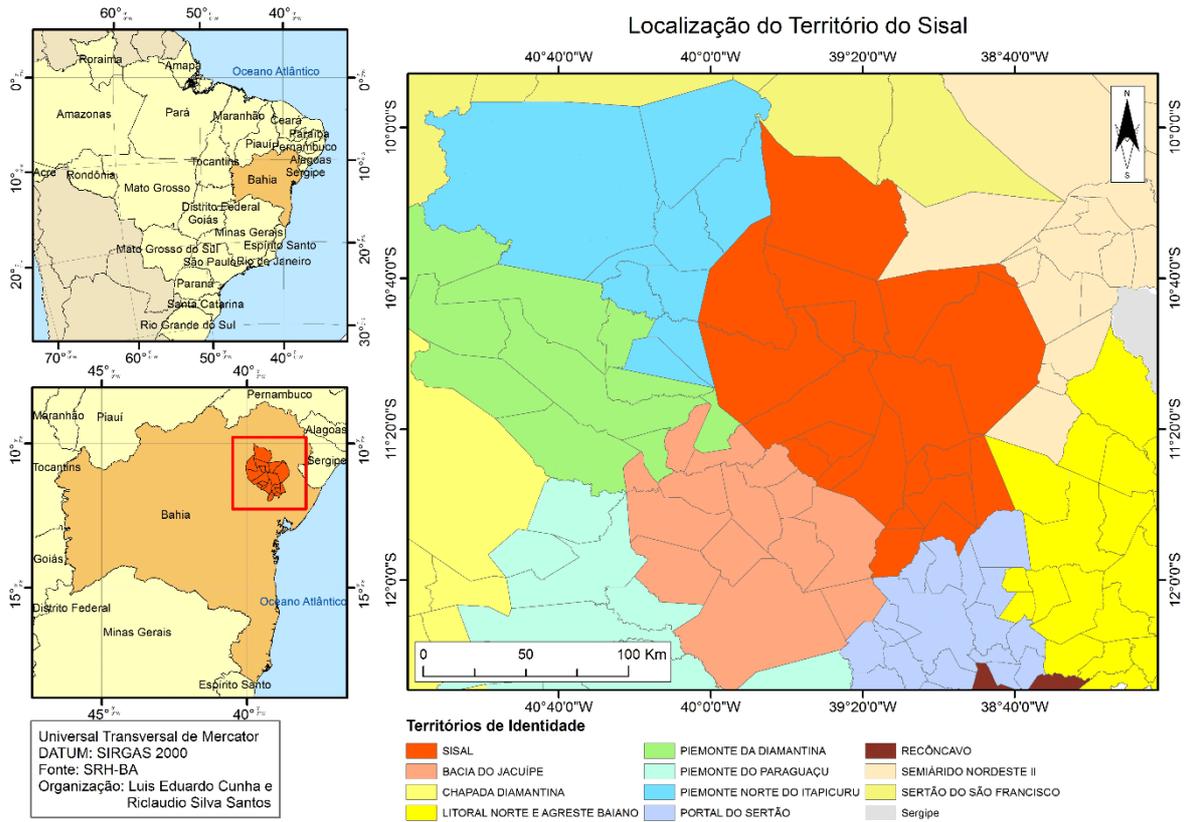
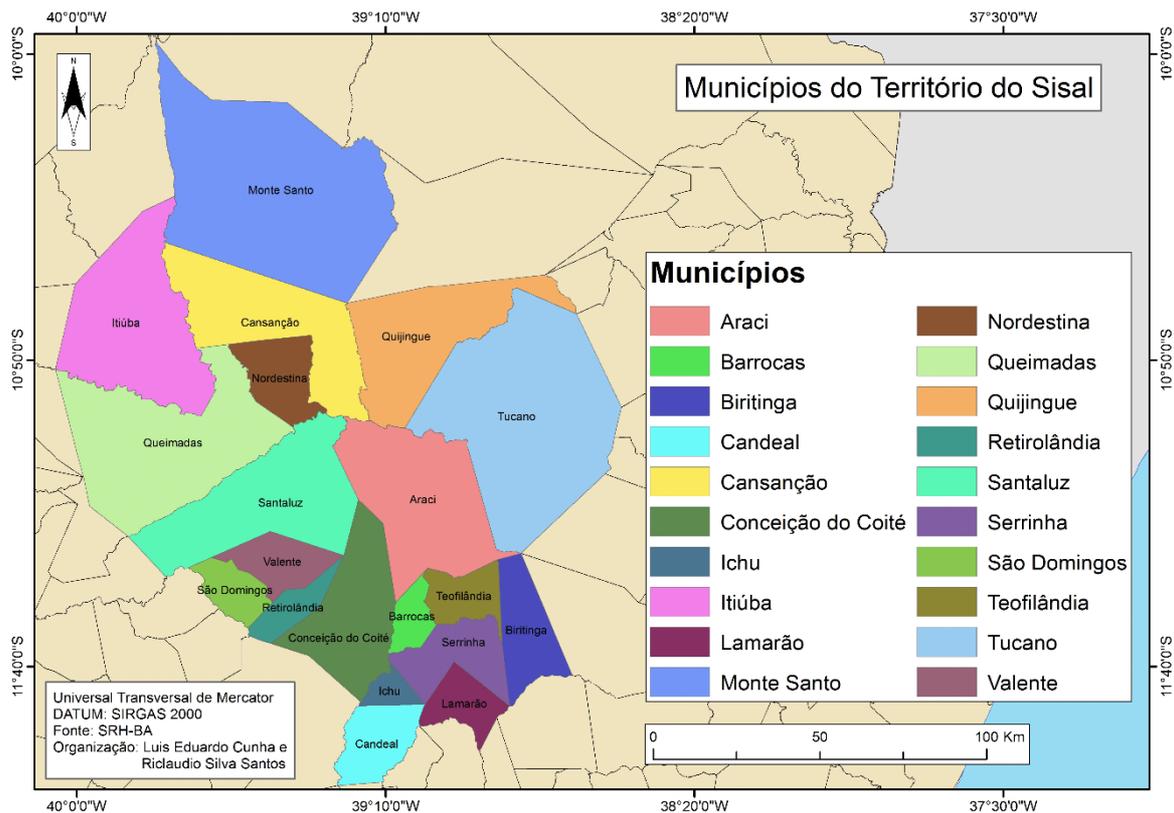


Figura 03: Municípios do Território de Identidade do Sisal.



No que se refere a sua composição, o Território de Identidade do Sisal apresenta vinte municípios. O planejamento das ações territoriais não está voltado exclusivamente para o campo, tendo em vista a presença de alguns municípios a exemplo de Ichu, Queimadas, Retirolândia, Santa Luz, São Domingos, Serrinha e Valente apresentarem um população urbana superior a rural e outras situações em que municípios como Conceição do Coité e Serrinha registram uma intensa ampliação do setor terciário nas duas últimas décadas, desenvolvendo assim uma importante centralidade urbana para os demais municípios do Território (Quadro 2). No entanto, são as atividades presentes nas comunidades rurais do território que fomenta a geração de renda nos setores do comércio e da indústria.

Município	População			IDH-M ²	PIB ³ 2008 Milhões	Índice de Indigência (%)
	Total	Urbana	Rural			
Araci	51.651	19.638	32.013	0,557	134,50	55,07
Barrocas	14.191	5.695	8.496	s/d	123,31	s/d
Biritinga	14.836	3.517	11.319	0,596	42,22	45,38
Candeal	8.895	3.476	5.419	0,61	23,40	49,88

Cansanção	32.908	11.021	21.887	0,538	93,01	66,49
Conceição do Coité	62.040	36.278	25.762	0,611	250,32	46,57
Ichu	5.255	3.365	1.890	0,675	16,97	47,12
Itiuba	36.113	9.699	26.414	0,574	108,82	63,27
Lamarão	9.560	2.085	7.475	0,608	25,05	43,33
Monte Santo	52.338	8.845	43.493	0,534	135,17	69,05
Nordestina	12.371	3.921	8.450	0,550	32,50	47,66
Queimadas	24.602	12.492	12.110	0,613	75,76	50,94
Quinjingue	27.228	6.377	20.851	0,526	106,77	69,64
Retirolândia	12.055	6.722	5.333	0,625	45,99	61,38
Santa Luz	33.838	20.795	13.043	0,66	102,44	38,18
São Domingos	9.226	5.916	3.310	0,624	33,22	52,70
Serrinha	76.762	47.188	29.574	0,658	319,55	44,50
Teofilândia	21.482	6.692	14.790	0,607	54,32	55,13
Tucano	52.418	21.958	30.460	0,582	153,77	54,34
Valente	24.560	13.487	11.073	0,657	92,75	55,13
Total	582.329	249.167	333.182	0,600	98,48	50,83
%	100,0	42,79	57,21	Não há dados publicados.	Não há dados publicados	Não há dados publicados

Quadro 02. Municípios que integram o Território do Sisal, População total, urbana e rural, Índice de Desenvolvimento Humano Médio, Produto Interno Bruto e Índice de Indigência.

Fonte: (1) IBGE, Censo Demográfico, 2010; (2) Atlas do Desenvolvimento Humano, PNUD, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 02 .ago. 2011.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 02, pode-se observar um perfil heterogêneo dos municípios, em relação às dimensões demográficas e de produção do produto interno bruto, tendo esse último, vínculo direto com a diversidade produtiva do setor terciário nos municípios de maior porte econômico. Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano médio, nota-se uma condição mais similar entre os municípios, sendo inclusive inferior à média nacional registrada pelo PNUD (Plano Nacional de Desenvolvimento Humano - ONU) que é de 0,754. O que representa um baixo cenário de melhoria da qualidade de vida da população, mesmo com a presença das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado

através do Território. Isto acontece em função de que as principais políticas públicas desenvolvidas no Território de Identidade do Sisal não garantem uma transformação nas relações sociais do Território, mas sim incluem o mesmo em novas cadeias produtivas, baseadas no empreendedorismo e manutenção da propriedade privada enquanto centro do poder decisório. O Território de Identidade do Sisal representa a unificação de municípios em torno da cadeia produtiva da fibra do sisal. Cabe ressaltar que alguns municípios que compõem o Território do Sisal não apresentam mais a presença da espécie em áreas de cultivo e nem a produção e comercialização da fibra. No entanto, é essa cadeia de produção em específico que dita processos e agentes da (re)produção espacial no que hoje conhecemos como o Território de Identidade do Sisal.

A produção da fibra do sisal é um elemento econômico que representa uma cadeia de produção do semiárido baiano. Proveniente de uma espécie exótica, a fibra é oriunda da *agave*, espécie originária da península de Yucatán, no México, adaptada muito bem às condições climáticas da região Nordeste.



Figura 04 – Plantio de agave – sisal - no município de Valente.

Registrado por: CUNHA, 2017. Trabalho de Campo realizado no município de Valente em 02.09.2017.

Durante as visitas de campo realizadas na zona rural do município de Valente-BA, foi possível estruturar um cenário da média de produção de sisal dos trabalhadores que gira em torno de 1.300 kg por semana.



Figura 05- Etapa de secagem da fibra do sisal no povoado de Valilância em Valente-BA, Município do Território de Identidade do Sisal.

Fonte: Pesquisa de campo, 02.09.2017.

Nos planos de execução da política territorial do governo baiano, o Território de Identidade do Sisal é uma referência na condição de modelo de gestão e execução para a melhoria do cenário social. Porém, o que se entende é que a consolidação desse território representa a consolidação de estratégias do capitalismo financeiro para o avanço das políticas de crédito e subordinação da mão de obra rural. Assim, estas políticas ocultam os conflitos que estruturam a (re)produção espacial de acumulação do capital.

4.0- As transformações nas relações de produção dos trabalhadores rurais.

A cadeia de produção da fibra do sisal é de importante relevância para a análise do desenvolvimento da política territorial principalmente, a partir da organização da associação APAEB³ que surgiu com a intenção de articular a produção local da fibra do sisal no mercado de exportação mundial. A produção da fibra nas décadas anteriores as primeiras institucionalizações do Território do Sisal pelo governo federal nos anos 2000 e pelo governo estadual no ano de 2007, proporciona a formação de uma infraestrutura de produção articulada entre os municípios produtores.

Na atualidade, mesmo a produção da fibra não sendo a única fonte de geração de renda para a população, o cultivo do Sisal ainda se mantém como a principal cadeia produtiva do

³ APAEB- Associação dos Pequenos Agricultores Rurais do Estado da Bahia.

território. Isto é de grande relevância para a nossa análise por entendermos que a produção histórica da fibra do sisal proporciona a criação de uma importante infraestrutura produtiva, e que ao mesmo tempo em que a política territorial é expandida no território nacional, a mesma encontra no território do sisal condições sólidas de desenvolvimento dos projetos de ampliação da agricultura de mercado.

Em uma das entrevistas realizadas na pesquisa de campo, tivemos a oportunidade de ter o contato com um dos fundadores da associação APAEB. Segundo o entrevistado:

A criação da associação APAEB significa um marco importante para a produção agrícola local. A associação promove mudanças na maneira como a população deve lidar com os problemas que enfrentam, tendo em vista que o que existiam eram ações que buscavam soluções para as mazelas sociais de maneira esfacelada e individualizada. Nesse sentido a associação desenvolve ações em prol da necessidade de promoção coletivas em torno da produção do sisal. (Entrevistado 01, Município de Valente-BA, setembro de 2017).

A associação foi estruturada em seus primórdios com o objetivo de criar um sistema de poupança financeira para os produtores rurais, denominada de COOPERE-SISAL, instituição essa que posteriormente vinculou-se à rede nacional de créditos cooperados SICOOB⁴. Segundo o mesmo entrevistado na citação anterior pode-se elencar que:

Foi a APAEB quem criou na época o COOPERE aqui em Valente. Quando começamos a experiência com a comercialização do sisal na década 1980, nós encontramos o primeiro dilema que foi o dinheiro e sem isso a gente nem chegava a entrar em um banco da região, quanto mais falar com algum gerente dobre crédito [...] Em 1984 começamos a planejar a exportação do sisal, mas só em 1989 entrar no mercado internacional. No entanto como iríamos exportar? Precisamos comprar o produto, pagar antecipado ao produtor, gerar um estoque. Mas nós não tínhamos dinheiro para isto. Foi então que nós criamos o “programa” Popança APAEB” com isto nós incentivamos a população local a pegar o que tivesse sobrando em sua renda e entregasse a APAEB para administrar [...] E naquela época alguns começaram a acreditar na proposta e passaram a depositar quantias de diversos valores. Naquela época, na região só tinham agências do banco BANEB⁵ e Banco do Brasil, sendo que os mesmos não abriam uma conta corrente ou poupança com valores inferiores ao que correspondia o salário mínimo na época. E nós começamos a capitalizar isso. Com isto o programa do Popança APAEB se tornou uma opção viável para os produtores de baixa renda. Com isso nós passamos a ter mais de cinco mil contas abertas que chegaram a gerar valores em torno de U\$\$ 150 mil dólares e foi com isto que começamos a exportar a fibra do sisal. (Entrevistado 01, município de Valente-BA, setembro de 2017).

⁴ O maior sistema financeiro cooperativo do país com mais de 3,8 milhões de cooperados, 2,6 mil pontos de atendimento, distribuídos em todo Brasil. É composto por cooperativas financeiras e empresas de apoio, que em conjunto oferecem aos cooperados serviços de conta corrente, crédito, investimento, cartões, previdência, consórcio, seguros, cobrança bancária, aquisição de meios eletrônicos de pagamento, dentre outros. Tem todos os produtos e serviços bancários, mas não é banco. É uma cooperativa financeira, onde os clientes são os donos e por isso os resultados financeiros são divididos entre os cooperados.

⁵ Banco do Estado da Bahia, mais conhecido pela sigla BANEB, foi um banco estatal fundado em 1952 e arrematado em leilão na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, pelo Bradesco, em 22 de junho de 1999, por 260 milhões de reais.

O marco de instituição da APAEB representa a consolidação de uma associação inserida em um mercado de escala internacional, resultante da modernização conservadora do campo. Mediante isso, pode-se perceber que no âmbito territorial, as reais consequências permeiam na inserção dos trabalhadores rurais e produtores associados no mercado de exportação da fibra e incentivo para a produção de outros derivados na própria unidade fabril da associação. (Figura 06).

Começando suas atividades em 1980, alcançou em 1996 grande realização com a implantação da fábrica de Tapetes e Carpetes de Sisal, dando um grande incentivo a essa cultura, criando todas as condições para seu resgate não só em Valente, mas em toda a região sisaleira [...] Hoje os tapetes e carpetes de sisal são comercializados no mundo inteiro, levando a outros povos o fruto do trabalho do sertanejo. (GALVÃO, 2008, p.139).



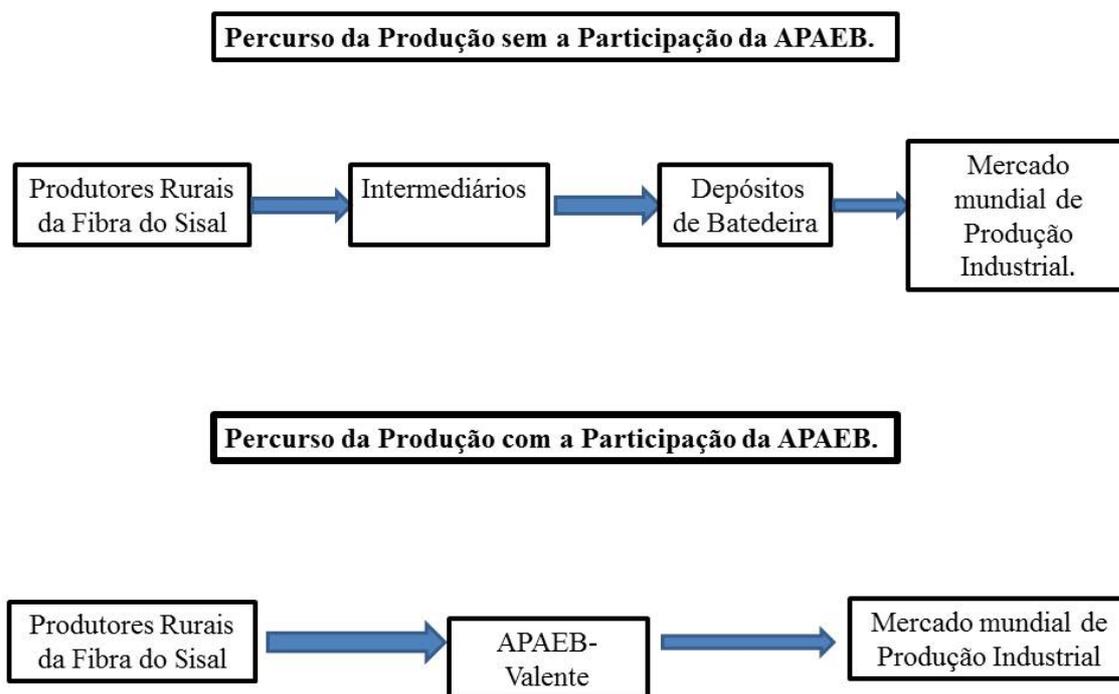
Figura 06: Instalações internas da Fábrica de processamento da fibra de Sisal da APAEB no município de Valente –BA.

Fonte: <http://www.apaeb.com.br/> acessado em: 12.01.2018.

A condição de ampliação da APAEB para uma escala de produção industrial ocorre por meio da defesa de uma necessidade de os trabalhadores rurais associados romperem a lógica de valorização da fibra de sisal que é coordenada pelos atravessadores. Segundo os fundadores entrevistados, esses indivíduos ainda estão presentes na cadeia produtiva do sisal, mas a presença da APAEB dificulta uma maior exploração dos trabalhadores rurais. Os atravessadores assumem a função de encaminhar a produção da fibra nos campos de plantio

para a indústria processadora. É nesse “vácuo” da produção que se aloja o “intermediário”, esse que se responsabiliza pela compra da fibra dos pequenos produtores de uma determinada região, consolidando assim uma rede de acumulação do produto em valor de revenda para os donos de “batedeiras”⁶ (Fluxograma 01).

O contexto de inserção da APAEB nesse cenário está voltado para diminuir a interferência dos intermediários do mercado de preços e comércio da fibra, inserindo assim a associação de pequenos produtores no mercado de exportação da produção, ou seja, a partir da associação os produtores teriam o contato direto com o mercado de exportação.



Fluxograma 01: Estrutura de mercado da fibra do Sisal. Elaboração: SILVA, 2018.

A despeito desse objetivo da APAEB em estabelecer o rompimento com os atravessadores que exploram a mão de obra dos trabalhadores em função do lucro na produção da fibra do sisal, o que se verifica é que a efetivação da APAEB no circuito de produção da fibra de sisal ratifica a inserção dos trabalhadores rurais nos moldes de produção da agricultura de mercado em articulação com o modelo industrial de desenvolvimento. Com isso, o interesse da APAEB ultrapassa a organização comunitária da produção e passa a se constituir numa das primeiras portas de entrada para o capital financeiro.

⁶ Depósitos para o processamento de limpeza e compactação do Sisal.

É esta nova condição de produção da fibra do sisal que passa a fomentar a necessidade de adesão ao crédito das pequenas propriedades rurais, no intuito de alavancar a produção das mesmas. Dessa forma, o objetivo da associação torna-se de inserção nos fluxos do mercado de exportação da fibra e demais derivados, estabelecendo falso cenário de emancipação dos indivíduos associados por meio das “novas formas de relações de mercado”. A partir de então toda a produção é inserida numa lógica totalmente industrial.

É por meio dessa rede de infraestrutura que no cenário atual, a política de desenvolvimento territorial estabelece incentivos que condicionam a criação de associações, cooperativas, fundações e demais segmentos organizativos da sociedade civil. Os setores cooperativados promovem um discurso de “união” entre os trabalhadores, como estratégia de fortalecimento da agricultura local, mas é necessário nos atentarmos que as condições de unificação desses trabalhadores rurais estão com o foco para a inserção adequada do mercado de produção agrícola, o que não permite a emancipação das condições humanas de trabalho, pelo contrário, aprofundam as relações da exploração.

As fábricas cooperativas de trabalhadores, no interior do regime capitalista, são as primeiras rupturas da velha forma, embora naturalmente, em sua organização efetiva, por toda parte reproduzam e tenham de reproduzir todos os defeitos do sistema capitalista. Mas dentro delas suprimiu-se a oposição entre capital e trabalho, embora ainda na forma apenas em que são os trabalhadores como associação os capitalistas deles mesmos, isto é, aplicam os meios de produção para explorar o próprio trabalho. (MARX, 2008, p.587).

As críticas de Marx e Engels (2008) que estão situadas em um contexto histórico de análise do partido operário alemão, onde se elencam como umas das prioridades da luta operária a criação de cooperativas por via do Estado, classificando o Estado como ente legítimo da organização cooperada dos trabalhadores, é extremamente pertinente no cenário do Território de Identidade do Sisal.

Substitui-se a luta de classes existentes por uma fórmula oca de jornalística: a “questão social”, para cuja solução se “prepara o caminho”. Em vez de resultar do processo de transformação revolucionária da sociedade, “a organização socialista do conjunto do trabalho” “ resulta” da “ajuda do Estado”, ajuda que o Estado fornece as cooperativas de produção que ele próprio (e não o trabalhador) “criou. ” (MARX; ENGELS, 2004b.p.144).

Segundo Conceição (2003), nota-se que as cooperativas se tornam meios para o modo de produção capitalista penetrar no cenário territorial pela política de financiamento do Banco Mundial através da própria intervenção do Estado, aprofundando ainda mais as desigualdades.

Além disso, outro ponto de grande relevância nesse processo de expansão dos ditames do capitalismo financeiro, trata-se da exclusão das relações camponesas de produção que são transformadas em produções agrícolas da agricultura familiar. Tendo em vista que:

Não se priorizou a produção camponesa; o modelo Cooperativista adotado constitui-se como a própria estratégia da penetração capitalista, em função de uma modernização recuperadora que na realidade significou uma vinculação de dependência ao setor industrial, e conseqüentemente a incapacidade de acompanhar o nível de produtividade, de competência do mercado internacional. (RODRIGUES, 2013, P.118).

Todavia, no que se refere aos trabalhadores desterrados e sem alternativas para o seu sustento, os mesmos são constantemente submetidos à lógica da exploração do trabalho precarizado, o trabalhador se mantém em condições de extrema exploração da sua mão de obra para a geração de mais valia, bem como de vulnerabilidade das garantias trabalhistas.

A aludida organização socioeconômica erigida pela cadeia produtiva do sisal tem reproduzido sua feição tecnológica arcaica e socialmente injusta e desigual, manifestando-se na concentração de renda engendrada pela superexploração do trabalho e pela sujeição da renda da terra ao capital, e na submissão dos trabalhadores as precárias condições de trabalho e de vida (COELHO NETO, 2013, p.166).

Nesse sentido, mesmo embora os segmentos institucionais do capitalismo financeiro como bancos e credoras financeiras, não sejam os proprietários fundiários da terra, a família de trabalhadores passa a não ter o domínio sobre sua unidade produtiva. Tendo em vista que monopolização da produção agrícola promove uma permanente territorialização produtiva.

Considerações finais

Diante das abordagens sobre a política de desenvolvimento territorial, no que se refere ao Território de Identidade do Sisal, observa-se que a mesma desempenha estratégias de manutenção de relações capitalista de produção, e novas estratégias de ampliação do mercado agrícola de produção. Nesse sentido a organização do Território de Identidade do Sisal representa uma maneira de ampliar o desenvolvimento de ações que incluam cada vez mais trabalhadores rurais com suas pequenas propriedades aos ditames do capitalismo financeiro internacional.

Neste sentido, a estrutura de relações do capitalismo em sua fase neoliberal são (re)produzidas no espaço geográfico, fortalecendo assim a manutenção do modo capitalista de produção. Deste modo, podemos concluir que o Território do Sisal apresenta um complexo cenário de disputas territoriais que se desenvolvem na sua extensão com maior intensidade a partir do incentivo ao cultivo e produção da fibra do sisal. Com a consolidação das políticas territoriais durante o período de promoção dos planos econômicos neoliberais, por meio das políticas econômicas neoliberais, o Estado passa a desempenhar estratégias que camuflam os conflitos existentes nos territórios.

Referências Bibliográficas:

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Seminovas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). In: GUEDES, Vicente G. F.; SILVEIRA, Miguel Ângelo: **A agricultura familiar como base do desenvolvimento rural sustentável**. Jaguariúna – SP: EMBRAPA/CNPMA, 1989.

ABRAMOVAY, Ricardo; BALDISSERA, Ivan Tadeu; CORTINA, Nelson; FERRARI, Dilvan; SILVESTRO, Milton e TESTA, Vilson Marcos (1998) - **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília, DF. Convênio FAOIN CRA/ CPPP-EPAGRI: Edições UNESCO

AMARAL FILHO, J.do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas (PPP)**. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), n. 23, p.261-286, 2001.

BARQUERO, Antonio Vasquez. **Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001. p. 37 – 55.

BRASIL/MDA/SDT. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Guia para o Planejamento Territorial**. Documentos de Apoio n. 2. Brasília, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Referências para a gestão social de territórios rurais. **Documento Institucional N.3**. Brasília: Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. 2003.

BRASIL/MDS. **Número de famílias cadastradas no Programa Bolsa Família nos Municípios da Bahia**. Disponível em: http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/beneficios-e-contrapartidas. Acesso em: 28 ago. 2012.

_____. Estado, políticas públicas e o reordenamento social e territorial do trabalho. In: ANDRADE, E.S.; SILVA, F.de P.S. da. (orgs.). **Estado e Políticas Públicas: a construção do conselho neoliberal**. Salvador: Eduneb, 2012.

COELHO N, A.S; SANTOS, E. M. C; SILVA, O. A da. **(Geo)grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010.

COELHO NETO, A. S. Emergência e atuação das redes de coletivos sociais organizados no Território do Sisal In: COELHO N, A.S; SANTOS, E. M. C; SILVA, O. A da **(Geo) grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2009, v.1, p. 305-368.

DALLABRIDA, V. R. Governança ou Governança Territorial? Uma aproximação ao estado da arte, desafios da sua prática e um propósito de substantivação. In: **VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social**. Belém (Brasil), 27 a 29 de maio/2013a.

DALLABRIDA, V. R. GOVERNANÇA: **Debates recorrentes nas abordagens do tema e relações com sua prática**. Canoinhas (SC): Universidade do Contestado, 2013b.

DIAS, Wilson, J.V. **Territórios de Identidade e políticas públicas na Bahia: gênese, resultados, reflexões e desafios**. Feira de Santana: Zarte Editora, 2016.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Trad. Lenandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FAVARETO, A.da S. A longa evolução da relação rural-urbana. Para além de uma abordagem normativa do desenvolvimento rural. **Ruris**, v.1, n.1, mar.2007a.

GALVÃO, A. C. F. Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Resenha. **Boletim Regional**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, n 2, p. 45-48, 2008.

HARVEY, David. **A Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 14. ed. São Paulo: Loyola, 2005b

LIMA, Lucas Gama. **Despindo o estratagema das políticas de desenvolvimento territorial no alto sertão sergipano**: o (des)mascaramento da territorialização do capital por meio da sociabilidade reificante. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. Série BNB Teses e Dissertações, n.32. 2012.

LIMA, L.G.; CONCEIÇÃO, A. L. O Estado e o desenvolvimento territorial como suportes para a dominação do capital. **Scientia Plena**. São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe, v. 5, n.12,p.1-11,2009.

LISBOA, Josefa Bispo de. **A trajetória do desenvolvimento para o nordeste**: políticas públicas na (dis)simulação da esperança. 2007. 270 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2007.

MA/SDR/PRONAF. **Construindo as instituições do Desenvolvimento Rural**. Brasília, 1998.

MARQUES, Leônidas de Santana. **Os Fundos de Pasto do Município de Monte Santo (BA) e a política de desenvolvimento territorial**: conflitos e interesses territoriais no campo. 2013. 201 f. (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2013.

MARQUES, Nonato. O sisal na Bahia. **V convenção Regional do Sisal**. Salvador, 2002.

MARQUES, R. Os trilhos da nova sociologia econômica. In PEIXOTO, J;MARQUES, R. (org). **A nova sociologia econômica**. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 2003.

MARX,K.; ENGELS, F. **O capital**: livro III. Tradução Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.5, 2004..

_____. **A ideologia alemã**: crítica da novíssima filosofia alemã em seus respectivos representantes Feuerbarch, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas, 1945-1946. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MUNICIPIOS DO PRONAF infra-estrutura e serviços: elementos característicos. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria da Agricultura Familiar/PRONAF. Brasília, fev.2000.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA R.O. **Desenvolvimento local e participação social**: o caso dos conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural do Estado de São Paulo. 2010. Dissertação (Mestrado em Economia) Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas 2010.

ORTEGA, A.C. **Territórios Deprimidos**: Desafios para as Políticas de Desenvolvimento Rural. Uberlândia, MG. Edufu, 2008.

ROCHA, Marcelo Oliveira. **Política de Desenvolvimento Territorial na Bahia**: inovação e conservadorismo político. 2015. 187f. (Mestrado em Planejamento Territorial) Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, BA, 2015.

RODRIGUES, Vanessa Paloma Alves. **Capital, Estado e a lógica dissimulativa das políticas de crédito no processo de expropriação e sujeição do trabalho no campo**. 2012, 250f. (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

SAQUET, M. A. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio. **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SANTOS, Edinússia Moreira Carneiro; SILVA, Onildo Araújo da.; COELHO NETO, Agripino Souza. **Gente ajudando gente**: o tecido associativista no Território do Sisal. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011.

SANTOS, Marleide, Maria. **Movimentos sociais**: na trama subliminar do ocultamento dos conflitos de classe. 2008. 311f. Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2008.

STEINBERGER, M. Território, ambiente e políticas públicas espaciais. In STEINBERGER, M. (org). **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: Paralelo 15/LGE, 2006. P.29-82.